

## Retórica e dialética: o tributo do jornalismo aos greco-romanos

Francisco José Castilhos Karam & Vanessa Hauser

*Universidade Federal de Santa Catarina, Brazil*

E-mail: fjkaram@terra.com.br, hauservanessa@gmail.com

### Resumo

Ao lado da retórica, a dialética ocupava um lugar de destaque na cultura greco-romana, sendo considerada uma forma de argumentação por meio do diálogo e do confronto de idéias. Neste sentido e, considerando a contribuição de autores como Jorge Pedro Sousa (2008) e Francisco Karam (2009) que referem-se, respectivamente, aos fenômenos pré-jornalísticos (ou seja, anteriores ao surgimento do jornalismo enquanto um projeto moderno) e às influências da retórica greco-romana para a formação das técnicas de produção jornalísticas, o objetivo do presente artigo é estender essa re-

flexão, abarcando também a importância da dialética (de origem Greco-Romana) para o jornalismo e estabelecendo, portanto, outras pontes entre o jornalismo greco-romano e o contemporâneo. Assim como a dialética não pode ser reduzida a uma forma de argumentação, já que atualmente se constitui em um dos paradigmas do pensamento ocidental, também pretendemos abarcar a sua dimensão epistemológica a partir do pensamento marxista e, conseqüentemente, refletir sobre como é possível pensar o jornalismo a partir deste referencial.

Palavras-chave: jornalismo, dialética, retórica, argumentação

### Rhetoric and dialectics, the tribute of journalism to the Greco-Roman

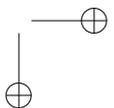
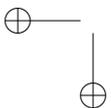
### Abstract

The article draws on the concepts of rhetoric and dialectic, questioning their relationship with journalism, seeking to un-

derstand what is the contribute of dialectics to journalism. To make this approach between journalism and dialectic,

*Estudos em Comunicação* n° 10, 273-291

Dezembro de 2011



we start from the idea that the techniques and methods of journalism have a memory, a story, as observed by Sousa (2008) and Karam (2009), that refer to pre-journalistic phenomena (prior to the rise of journalism as modern project). Along with rhetoric, dialectics occupied a prominent place in the Greco-Roman culture, and is considered a form of ar-

gument through dialogue and confrontation of ideas. Dialectic cannot be reduced to a form of argument, since currently constitutes one of the paradigms of Western thought, so we also intend to cover its epistemological dimension, and therefore reflect on how you can think of journalism from this reference.

Keywords: journalism, dialectics, rhetoric, controversy, argumentation

**A** Grécia Antiga (1950 a.C a 338 a.C)<sup>1</sup> ficou marcada por ser o berço da civilização, deixando como herança importantes ensinamentos que influenciam até hoje a organização das sociedades ocidentais. Além de ter dado origem à filosofia, os gregos se preocupavam com a origem do conhecimento, com a democracia e com as artes do “bem falar”, ou seja, com a eficácia do discurso e com a argumentação. Para os gregos e também já na civilização Romana (753 a.C a 476 d.C)<sup>2</sup> duas eram as formas mais importantes da argumentação: a retórica e a dialética.

Tendo deixado influências tão significativas em diversos aspectos, não é estranho pensar que a cultura greco-romana também tenha influenciado o jornalismo, mesmo que a origem da atividade esteja localizada na Idade Moderna. É o que defendem teóricos como Francisco Karam e Jorge Pedro Sousa. Para Karam (2009), o discurso jornalístico aproxima-se, em muitos aspectos, dos fundamentos da retórica clássica. O *lead* (ou mais precisamente, as características que dariam origem ao *lead* tipicamente jornalístico), assim como preceitos da clareza, brevidade e verossimilhança podem ser observados, de acordo com o autor, já em Marco Túlio Cícero, grande orador romano dos anos 80 a.C.

Jorge Pedro Sousa (2008) chama de fenômenos pré-jornalísticos alguns textos da antiguidade greco-romana, identificando influências destes discursos sobre o jornalismo moderno. Ao referir-se a algumas manifestações da

1. Conforme indicação de Luiz Cochiba e Denise Manzi Frayze Pereira, em “História geral e do Brasil: trabalho, cultura e poder”.

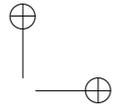
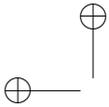
2. Conforme indicação de Luiz Kochiba e Denise Manzi Frayze Pereira, em “História geral e do Brasil: trabalho, cultura e poder”, 2004.

Grécia Antiga como a gênese daquilo que conhecemos hoje como jornalismo, o autor aponta como primeiras grandes manifestações literárias os poemas *Ilíada* e *Odisséia*, de Homero, destacando que a técnica do *lead* ou estrutura da pirâmide invertida, conhecida como uma invenção do jornalismo norte-americano pode também ser tomada como um aperfeiçoamento das estruturas retóricas e literárias antigas, com influência da disposição textual de força decrescente identificada nos textos da antiguidade grega acima citados. O *lead* não é, portanto, uma técnica “sem memória” (SOUZA, 2008). Nem tampouco o jornalismo de modo geral. Desse modo, constitui-se como questão central de seu texto, a construção de uma história do jornalismo que começa bem antes do sistema capitalista (onde muitos outros autores vêem sua gênese), ou seja, nos fenômenos pré-jornalísticos que começam na Antiguidade Grega e vão até o Século XV e XVI.

Muitos fatos poderiam ser citados na retomada deste texto, mas sem dúvida é mais significativo salientar aquilo que ele tem de diferente – ou seja, a compreensão do jornalismo a partir de seu progresso histórico e com origens muito mais remotas do que antes imaginávamos. Enquanto uma forma discursiva ou argumentativa, o jornalismo não serve apenas para resolver questões de interesse do sistema econômico, mas é fundamental (e sempre foi) para colocar os sujeitos em contato com o mundo – para além do que pode experimentar de corpo presente - que acontece simultaneamente de muitas maneiras, em incontáveis espaços e aos quais seria impossível ter acesso sem o jornalismo.

Tendo demonstrado as influências da cultura greco-romana e da retórica sobre o jornalismo, Karam e Sousa ampliaram um espaço para a discussão de um outro tipo de influência e relação, ou seja, a aproximação entre o jornalismo e a dialética. Esta última sendo mais um dos legados deixados pela antiguidade clássica, tendo sofrido muitas modificações no decorrer da história e constituindo-se, atualmente, em um dos grandes paradigmas do pensamento ocidental.

Entende-se que a dialética é um conceito e, mais do que isso, um modo de existir e compreender o mundo. Não se trata, portanto, apenas de pensar o jornalismo enquanto um gênero discursivo que sofre influências quanto a sua estrutura narrativa. O objetivo, partindo-se da dialética é tratar a profissão (que luta para obter um status científico) a partir do lugar que ocupa e ocupou na sociedade: afinal, qual é a razão maior de ser do jornalismo? O trabalho não



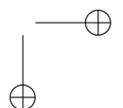
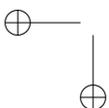
pretende se deter exaustivamente sobre as razões da existência do jornalismo, seu sentido maior. Pretende, apenas, levantar algumas reflexões que possam vir a contribuir com a teoria do jornalismo, com seu aprofundamento e avanço.

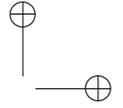
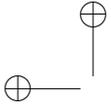
### **As origens da dialética e seu caráter argumentativo**

Ao lado da retórica, a dialética ocupava um lugar de destaque na cultura greco-romana, constituindo-se, conforme explicam Chaïm Perelman e Lucie Olbrechts-Tyteca (1996), em uma forma de argumentação. Em seu livro “Tratado de Argumentação”, publicado pela primeira vez em 1954, os autores buscam traçar as características da argumentação a partir de alguns âmbitos, com destaque para a relação entre o orador e seu auditório. Relação esta que é, por óbvio, essencial para a prática da argumentação e que pode condicionar o sucesso ou o fracasso desta.

Tomando em primeiro lugar a posição do orador diante do auditório, Perelman e Olbrechts-Tyteca distinguem dois tipos de argumentação: de um lado aquela cujo orador está interessado no parecer do público e na forma como entra em contato com este; de outro, o orador apaixonado que está mais interessado no que ele mesmo sente, descuidando do contato com seu público. Quando se trata de argumentação, muitas vezes a forma de dizer importa tanto ou mais do que o conteúdo, conforme K.F Bruner: “Diga-me primeiro porque devo incomodar-me com isso, então ouvirei” (apud PERELMAN & OLBRECHTS-TYTECA, 1996, p. 20).

Quanto à definição do auditório, os autores acham preferível caracterizá-lo como o conjunto daqueles que o orador que influenciar com a sua argumentação. Torna-se, portanto, fundamental que o orador faça uma projeção de seu auditório – auditório presumido – já que, de outro modo, não conhecer previamente a quem se dirige pode resultar em desagradáveis conseqüências para a argumentação. Os auditórios têm, de acordo com os autores, uma cultura própria, formada por opiniões dominantes e convicções indiscutidas. Sendo assim, a cultura de um auditório pode transparecer através dos discursos dirigidos a eles. Mesmo não se referindo em nenhum momento ao jornalismo propriamente dito, as idéias apresentadas por Perelman e Olbrechts-Tyteca podem ser perfeitamente atribuídas a atividade. O jornalismo adquire, portanto, o caráter de argumentação principalmente por que: (a) está preocupado



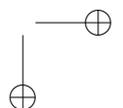
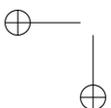


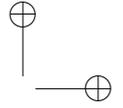
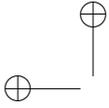
em presumir o auditório ao qual se dirige; (b) ao invés de apenas relatar os fatos, preocupa-se com o modo de fazê-lo, o que fica expresso nas diversas técnicas de produção das notícias.

A aproximação do jornalismo com a argumentação fica ainda mais clara quando os autores se referem ao fato de é muito comum que um orador precise persuadir um auditório heterogêneo, aquele que reúne pessoas de diferentes personalidades, vínculos ou funções na sociedade. Nestes casos, é preciso utilizar argumentos múltiplos para que seja possível conquistar os diferentes espíritos deste auditório. É precisamente esta capacidade que distingue um bom orador. Conhecer o auditório, vale salientar, também implica conhecer os seus fatores extrínsecos, os seus condicionamentos. A heterogeneidade dos auditórios sendo bastante expressiva, suscitou o interesse pela construção de uma técnica argumentativa que poderia se impor a todos, independente de suas diferenças, sendo a *objetividade* o conceito central deste esforço. Aproximando esta reflexão do jornalismo, logo podemos compreendê-lo como uma forma de argumentação que visa atingir um auditório o mais amplo possível e por isso também utiliza as técnicas da objetividade neste esforço de suplantar as diferenças e tornar seus discursos mais aceitáveis e legítimos.

É possível também, na visão de Perelman e Olbrechts-Tyteca (1996), distinguir as formas de argumentação a partir de três diferentes tipos de auditório: o universal - formado por toda a humanidade (retórica), o que é constituído apenas pelo orador e um interlocutor (dialética) e ainda aquele que é formado apenas por um sujeito, que argumenta para si mesmo sobre seus próprios atos (lógica). O auditório universal, vale salientar, poderia ser caracterizado, conforme os autores, como a imagem que o orador forma daqueles a quem pretende persuadir.

A dialética pode, desse modo, assumir duas dimensões principais – de um lado como uma das formas de argumentação e de outro como referencial filosófico para a compreensão do mundo. Para alguns autores, o grande pai da dialética foi Heráclito de Efeso (540 – 480 a.C., aproximadamente), filósofo pré-socrático em cujos escritos lê-se que “tudo existe em constante mudança, que o conflito é o pai e o rei de todas as coisas” (KONDER, s.n, p. 08). O filósofo era conhecido como Heráclito - o obscuro, pois, de acordo com Konder (s.n) os gregos tinham resistência em aceitar a ideia de que não havia nenhuma estabilidade no ser. Preferiam, neste sentido, o pensamento de





Parmênides, para que a “essência do ser era profunda e imutável” (KONDER, s.n, p. 09) – o que representa a linha do pensamento metafísico.

## **Diálogo, verdade e conhecimento**

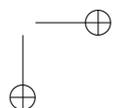
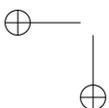
Contrastando o auditório universal com aquele formado apenas pelo orador e o interlocutor, que tem como forma predominante o diálogo, observa-se com mais clareza a diferenciação entre a retórica e a dialética, que aparece no confronto de ideias entre um orador e o único interlocutor.

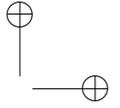
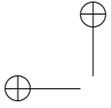
O alcance filosófico da argumentação apresentado a um único ouvinte e sua superioridade sobre a dirigida a um vasto auditório foi admitida por todos os que, na Antiguidade, proclamavam a primazia da dialética sobre a retórica. Esta se limitava a técnica do longo discurso contínuo. Mas um discurso assim, com toda a ação oratória que comporta, seria ridículo e ineficaz perante um único ouvinte. É normal levar em conta suas reações, suas denegações e suas hesitações e, quando constatadas, não há como esquivar-se: cumpre provar o ponto contestado informar-se das razões da resistência do interlocutor, penetrar-se de suas objeções: o discurso degenera invariavelmente em diálogo. (PERELMAN & TY OLBRECHTS-TECA, 1996, p. 39-40)

Referindo-se ainda à argumentação dirigida a um único ouvinte (dialética) Perelman e Olbrechts-Tyteca também tratam da diferença entre discussão e debate, de modo que o primeiro tipo ocorre quando entre as partes há uma busca sincera pela verdade e o segundo, quando cada qual está mais interessado com o triunfo de sua própria tese.

Cabe ressaltar que o termo *dialética* vem do grego *dialektike*, que significa discussão, conforme explicam Danilo Marcondes e Hilton Japiassu (1990, p.71-72). Mora (2001) segue a mesma linha ao afirmar que

O termo “dialética e, mais apropriadamente, a expressão “arte dialética” [...] esteve em estreita relação com a palavra “diálogo”: “arte dialética” pode definir-se primariamente como “arte do diálogo”. Como no diálogo há (pelo menos) dois *logoi* que se contrapõem entre si, também na dialética há dois *logoi*, duas “razões” ou “posições” entre as quais se estabelece precisamente um diálogo, ou seja, um confronto no qual se verifica uma espécie de acordo na discordância – sem o que não haveria diálogo – mas também uma espécie de sucessivas mudanças de posições, induzidas pelas posições “contrárias”. (MORA, 2001, p. 182)





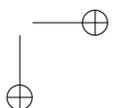
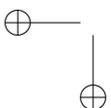
Surgida na Grécia Antiga, a *dialektike* adquiriu, através do pensamento de Platão, um status importantíssimo, estando vinculada ao conhecimento e ao alcance da verdade. Em Platão, conforme Marcondes e Japiassu (1990), a dialética relacionava-se ao processo através da qual a alma se eleva, gradativamente, das aparências sensíveis às idéias. No conjunto do pensamento de Platão, a dialética representa a busca pela verdade, pela essência das coisas. Essa busca ocorre, na visão do filósofo clássico, através do diálogo, de modo que o aprendiz de filósofo utiliza sistematicamente o discurso para atingir a ordem da verdade, livre da crença nos dados do mundo sensível.

Defensor da autonomia das idéias e de sua existência *a priori*, Platão atribuía a dialética um papel fundamental para que, de idéia em idéia, se alcançasse a idéia suprema, de modo ascendente. Platão, como se sabe, foi discípulo de Sócrates, conhecido por seu método destrutivo na busca pelo conhecimento. Conforme Aranha e Martins:

Sócrates, por meio de perguntas, destrói o saber constituído para reconstruí-lo na procura da definição do conceito. Esse processo aparece bem ilustrado nos diálogos relatados por Platão, e é bom lembrar que, no final, nem sempre Sócrates tem a resposta: ele também se põe em busca do conceito e às vezes as discussões não chegam a conclusões definitivas (1999, p. 93).

Devido ao fato de que Sócrates não deixou nada escrito, grande parte da obra de Platão traz seu mestre como interlocutor. Outro grande destaque da obra de Platão é o “mito da caverna”, através do qual, metaforicamente, o filósofo divide em duas as principais formas do conhecimento, distinguindo “o mundo sensível, dos fenômenos, e o mundo do inteligível, das idéias” (ARANHA E MARTINS, 1999, p. 95). Desse modo, aqueles que conseguem se libertar das correntes (saindo da caverna onde apenas vê sombras projetadas) e conhecer a verdadeira realidade, passando da opinião (*doxa*) à ciência (*episteme*), deve, na idéia de Platão, retornar para “o meio dos homens para orientá-los” (ARANHA e MARTINS, 1999, p. 96). Este movimento de elevação das idéias seria um movimento dialético.

Já para Aristóteles, a dialética é um processo de dedução realizado com base em premissas que são apenas, e tão somente prováveis e por isso ela não pode ser considerada ciência, apenas discussão, probabilidade, uma forma não demonstrativa de conhecimento. No lado oposto da dialética ele coloca o silogismo científico, baseado em premissas consideradas verdadeiras. O



percurso da dialética em Aristóteles é, pode-se dizer, decadente, ao ponto de se tornar um sentido pejorativo, algo como um pseudo-saber.

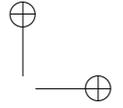
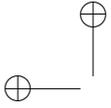
Oposta à argumentação dialética, pautada na controvérsia, a argumentação retórica, especialmente de gênero *epidídico* é aquela que, segundo Perelman e Olbrechts-Tyteca (1996), está centrada apenas no que é belo ou, mais precisamente, na capacidade e beleza do encadeamento de idéias e expressões realizado pelo orador. Este orador não buscava suscitar controvérsias, ou provar uma mudança de opinião do auditório. Ao contrário, pretendia apenas estar de acordo ou aumentar a adesão daquilo que já era aceito. Os autores comparam o gênero *epidídico* com o discurso do educador e também da publicidade (pautada na estética e na emoção como categorias essenciais da argumentação).

De modo geral, o grande paradigma norteador do jornalismo foi o positivismo. Expresso na crença de que o jornalismo pode ser um espelho da realidade e nas próprias técnicas de produção das notícias, este paradigma carrega consigo um efeito muito marcante: a idéia, transportada para o modo de ver e agir no mundo, de que a ordem deve ser sempre mantida e restaurada quando as coisas não estão de acordo com o que foi pré-estabelecido. Os conflitos, nesse caso, não devem ser solucionados com a superação, mas com a restauração. O que é, sem dúvida, bastante contrário à dialética.

Segundo Nelson Traquina (2004), o desenvolvimento desta concepção, que “é ainda hoje o padrão dominante no campo jornalístico do ocidente” (TRAQUINA, 2004, p. 147), passa por dois momentos distintos: 1) surgimento, no século XIX, do novo jornalismo, centrado na separação entre fatos e opiniões:

Como escreve Anthony Smith (1980), é no século XIX, numa época em que o positivismo é reinante, que todo o esforço intelectual (...) ambicionava imitar esse novo invento – a máquina fotográfica – que parecia ser o espelho, há muito procurado, capaz de reproduzir o mundo real”. (TRAQUINA, 2004, p. 148)

2) surgimento, no século XX, do conceito de *objetividade*. Com base em Michael Schudson, Traquina explica que a objetividade é a expressão final da fé nos fatos, mas um método concebido com a finalidade de superar ou evitar as incertezas sobre a realidade, que nasciam a partir da compreensão de que o mundo era extremamente complexo e carecia de interpretação além de pura observação. Este método – que irá ajudar a consolidar um *ethos jornalístico* –



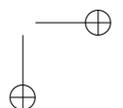
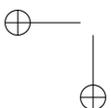
aparece também em função do surgimento da profissão de Relações Públicas e da eficácia da Publicidade e Propaganda verificada na Primeira Guerra Mundial. Traquina também aponta a insuficiência desta teoria mesmo afirmando que ela está intimamente ligada à própria legitimidade do jornalismo.

A aceitação do auditório perante o discurso jornalístico sobre os “fatos” pode ser vista, antes de mais nada, como um acordo que é mais ou menos aceito dependendo do “perfil do auditório” e da adequação do jornal às técnicas já consagradas e legitimadas pelo público. Referindo-se ao ponto de partida da argumentação, Perelman e Olbrechts-Tyteca (1996) falam da aceitação de um fato como um acordo. O fato é definido através da aceitação de H. Poincaré como “o que é comum a vários entes pensantes e poderia ser comum a todos” (PERELMAN & OLBRECHTS-TYTECA, 1996, p. 75). A adesão ao fato será, deste modo, resultado de uma reação subjetiva do indivíduo em relação a algo que se impõe a todos, que será positivo (aceita) a medida que forem garantidas certas condições que favorecem o acordo, como por exemplo, condições de verificação. “No entanto, assim que temos de fazer esse acordo (acerca das condições de verificação) intervir efetivamente, estamos em plena argumentação”, observam os autores, reafirmando mesmo involuntariamente o jornalismo como uma prática argumentativa. Os fatos, neste sentido, serão mais aceitos se forem observáveis (a fotografia, deste modo, também é concebida como um dos artifícios de legitimação do argumento do jornalismo).

A dialética no jornalismo, enquanto diálogo e controvérsia institucionalizada aparece como uma técnica com vistas a objetividade e a imparcialidade. O jornalismo é, de modo geral, muito mais retórico do que dialético na medida em que lida com um auditório universal e heterogêneo, o qual pretende convencer ou, de outro modo, adequar-se a ele.

A argumentação dialética tem origens com os chamados retóricos sofistas. Protágoras de Abdera desenvolveu uma teoria da argumentação baseada na ideia de antítese. Pretendia, com isso, mostrar como é possível tratar um argumento a partir de diferentes pontos de vista (GARAVELLI, s.n). “Era a técnica da contradição ou antilogia: a contribuição mais escandalosamente inovadora da retórica sofística” (GARAVELLI, s.n, p. 20).

Ainda de acordo com Garavelli (s.n), são inúmeros os relatos históricos que se referem a competições retóricas que ocorriam com base nas técnicas desenvolvidas por Protágoras – baseadas na erística, ou seja, na arte de conduzir o adversário a uma contradição, identificando, assim, as contradições inter-



nas de um argumento, com vistas a contribuir para a busca da verdade. Quanto à argumentação dialética, Perelman e Olbrechts-Tyteca (1996) tratam da diferença entre discussão e debate, de modo que o primeiro tipo ocorre quando entre as partes há uma busca sincera pela verdade e o segundo, quando cada qual está mais interessado com o triunfo de sua própria tese. É imprescindível notar que para que a argumentação via diálogo obtenha um status filosófico, ela precisa ser válida aos olhos de todos.

Não conviria, no entanto, que a adesão do interlocutor tivesse sido obtida unicamente graças à superioridade dialética do orador. Quem cede não deve ter sido vencido numa contenda erística, mas deve ter se inclinado ante a evidência da verdade. É que o diálogo, tal como é focalizado aqui, não deve constituir um *debate*, em que convicções estabelecidas e opostas são defendidas por seus respectivos partidários, mas uma *discussão*, em que os interlocutores buscam honestamente e sem preconceitos a melhor solução de um problema controvertido (PERELMAN & OLBRECHTS-TYTECA, 1996, p. 41-42).

A retórica dos sofistas foi alvo de críticas muito severas de Platão. Segundo o filósofo, tal procedimento argumentativo era utilizado apenas para distrair as audiências, como um exercício formal e que não estava preocupado com o conteúdo da argumentação. Assim, Platão opôs à retórica sofística, uma contrapartida filosófica: a dialética – “arte da discussão, formalmente adequada a conteúdos específicos e destinada a análise dos argumentos de um discurso, a sua decomposição em elementos fundamentais e sua reordenação em categorias essenciais” (GARAVELLI, s.n, p. 22).

Como uma das instituições que regulamentam as discussões em uma sociedade, o jornalismo opera no sentido de dar voz a personagens com certo antagonismo. Tal antagonismo, no entanto, responde a necessidade de apresentar várias versões de um mesmo fato – o que não significa a constituição de um debate propriamente dito, acerca do acontecimento, suas conseqüências e suas causas. Nesta direção, a argumentação via dialética, no jornalismo, é um dos artifícios de sua retórica própria para garantir a credibilidade. “A cultura profissional valoriza a verdade como conformidade, relativiza a opinião e se apóia na busca das contradições e na valorização dos conflitos. É, às vezes, uma cultura quixotesca, de desmedido idealismo”, conforme apontou Lage (2005, p. 17).

Com o objetivo de refletir sobre o papel do jornalismo nas controvérsias, Sponholz (2010) sugere que o conflito é um meio utilizado para atrair a atenção do público. Segundo a autora, assim como em uma controvérsia midiática os atores não se dirigem uns aos outros para “debaterem” os problemas, mas sim ao público, o sucesso de um “debatedor” não depende da qualidade do teor de verdade de suas declarações. O que importa mais, é sua capacidade de expor o seu ponto de vista da maneira mais adequada possível à linguagem midiática. “Em uma controvérsia midiática, o que define a sua duração não é a solução do problema, mas sim o comportamento dos atores e a capacidade de gerar novos conflitos (novas pautas)” (SPONHOLZ, 2010, p. 168). Nesta mesma direção, os objetivos dos “debatedores” em um confronto midiático não será, como nas disputas erísticas gregas, demonstrar a fragilidade dos argumentos do adversário. É importante salientar que o conflito tem um valor-notícia evidente, conforme Bergmann (1997).

Observa-se, desse modo, a predominância do confronto “midiático” como um artifício retórico para chamar a atenção do público e não propriamente o interesse em solucionar conflitos ou buscar alternativas em nome do bem público. Neste sentido, Sponholz (2010) também reflete sobre as funções sociais desempenhadas pelas controvérsias. Aponta, com base em Bergmann (1997), três funções principais: 1) reforçar as regras sociais e morais: conflitos podem contribuir para impor ou consolidar normas e valores sociais; 2) tem uma função cognitiva a medida em que levam a “processos de aprendizado coletivo tanto do ponto de vista das relações intergrupais como também no que diz respeito ao conteúdo das declarações em si” (SPONHOLZ, 2010, p. 169). Em um dos casos, o primeiro, a controvérsia pode levar ao aprendizado sobre como lidar com o outro, na sua diferença. No segundo, proporciona a divulgação de diferentes pontos de vista sobre uma mesma questão, levando a pluralidade; 3) a terceira função seria a de articulação, ou seja, a união ou organização da sociedade em torno de temas, com a finalidade de discuti-los.

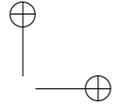
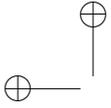
Neste contexto, o papel da mídia aparece através da tematização, estruturação e julgamento em torno das controvérsias (SPONHOLZ, 2010). A tematização refere-se à capacidade da mídia de agendamento, ou seja, ao pautar uma controvérsia, a mídia dá relevância a um tema em detrimento de outros. Ao estabelecer os objetos de conflito, a mídia também estabelece os atores, estruturando a controvérsia. Por fim, também acaba por determinar, segundo Sponholz (2010), quais as soluções mais ou menos aceitáveis para os proble-

mas discutidos. “Com isso, um gesto ou um ponto de vista pode pertencer a esfera do consenso, da controvérsia ou do desvio”, aponta a autora (2010, p.169).

Se uma atitude ou uma ação forem colocadas na esfera do consenso, o jornalista procurará defendê-las, na tentativa de preservar tais valores ou pontos de vista [...] Se um ponto de vista contradisser um outro consensual, ele será classificado como desvio. Neste caso, o papel do jornalista mudará e este assumirá o papel de crítico. As opiniões desviantes serão rejeitadas e as fontes que as defenderem só serão ouvidas para serem criticadas, se é que serão ouvidas [...] A esfera da controvérsia legítima é a região das discussões parlamentares e das campanhas eleitorais. Neste caso, a função da mídia não é reforçar as regras sociais, mas sim de ser o “mercado de opiniões”, a ágora, o espaço em que as diversas posições políticas são apresentadas e discutidas. [...] Neste caso, o jornalista se entende como mediador, e não como crítico ou defensor. (SPONHOLZ, 2010, p. 170).

Torna-se importante perceber, neste cenário, que as esferas do consenso, da controvérsia legítima e do desvio não estão colocadas de uma vez por todas, mas variam conforme os acontecimentos políticos e sociais. Observa-se, por outro lado, que a abertura para o debate “livre” sobre as questões que interessam a sociedade não encontra espaço profícuo no jornalismo. Este que, para autores como Bird e Dardenne (1993), trabalha na direção da reiteração da cultura e da revitalização de histórias, valores e mitos. Para estes autores, ao servir para a organização da experiência humana, as notícias oferecem mais do que o fato – oferecem tranquilidade e familiaridade em experiências comunitárias partilhadas; fornecem respostas credíveis a perguntas desconcertantes e explicações prontas dos fenômenos complexos, tais como o desemprego e a inflação (apud 1993, p. 266). Neste sentido, as notícias podem também atuar como um modelo de e para uma cultura, constituindo-se como uma forma particular de narrativa mitológica, com códigos simbólicos específicos que adquiriram legitimidade perante o público.

Para Bird e Dardenne, o que os leitores aprendem tem mais a ver com o amplo sistema simbólico (estrutura) que as notícias constituem, do que com os fatos, nomes e números que apresentam. “Esta confusão de autoridade e legitimidade com objetividade, torna as notícias um agente activo na construção de uma versão restrita, mas obrigatória da realidade – uma versão que é comunicada tão amplamente e cheia de um simbolismo tão familiar que outras

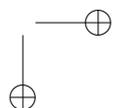
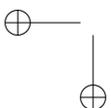


versões parecem tendenciosas ou distorcidas” (BENNETT, 1981 apud 1993, p. 276). Bird e Dardenne concluem, por fim, que o jornalismo conta sempre as mesmas ‘estórias’ e da mesma forma, o que exclui, assim, todas as estórias que não são contadas.

Como argumentação, o jornalismo herda da dialética de origem grega dois elementos principais: a noção de controvérsia (imprescindível para o alcance da verdade) e de diálogo. Desse modo, ao mesmo tempo em que institucionaliza o diálogo e dá espaço aos conflitos, não tem condições de permitir que este debate se estenda em demasia, pois seu objeto principal (o do jornalismo) é o cotidiano e o imediato. Em outras palavras, a aparência. Nesta perspectiva, Perelman e Olbrecht-Tyteca (1996) fazem menção ao fato de que, mesmo nos casos em que os debates são favorecidos, o seu prolongamento pode não ser tolerado, em função da necessidade de ação. Tendo em vista que o jornalismo cumpre um papel de orientar os indivíduos no presente que se desenrola de modo intrincado, conflituoso e acelerado, o imperativo do tempo – que cada vez exige mais agilidade – esgota o potencial dialético do jornalismo. A necessidade de ação e de adequação a um ritmo já imposto de cotidianidade – de *práxis* - se impõe sobre a reflexão e o debate, favorecendo a ordem em detrimento da transformação.

### **Dialética: paradigma, método e conflito no jornalismo**

Para compreender a dialética é fundamental tratar da distinção entre concreticidade e pseudoconcreticidade, conforme explica Karel Kosik. De acordo com o autor, o mundo da pseudoconcreticidade seria o das aparências, dos fenômenos que são apreendidos pelos homens apenas através de uma atitude prática-utilitária com o mundo. Muitas vezes as representações criadas neste contexto em nada coincidem com o que os fenômenos são em si, com a sua essência. A busca pela concreticidade (uma atitude cognoscente em relação ao mundo) seria o objetivo do conhecimento pela via da dialética, o que em outras palavras representaria a superação da pseudoconcreticidade ou do mundo das aparências (aparência, imediaticidade). Nas palavras de Kosik, “o mundo da pseudoconcreticidade é um claro-escuro de verdade e engano. O seu elemento próprio é o duplo sentido” (KOSIK, 1976, p. 11).



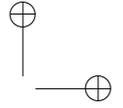
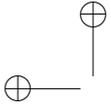
Os fenômenos e as formas fenomênicas das coisas se reproduzem espontaneamente no pensamento comum como realidade (a realidade mesma) não porque sejam os mais superficiais e mais próximos do conhecimento sensorial, mas porque o aspecto fenomênico da coisa é produto natural da praxis cotidiana [...] O pensamento comum é a forma ideológica do agir humano de todos os dias. Todavia, o mundo que se manifesta ao homem na praxis fetichizada, no tráfico e na manipulação não é o mundo real, embora tenha a “consistência” e a “validade” do mundo real: “é o mundo da aparência” (Marx). A representação da coisa não constitui uma qualidade natural da coisa e da realidade: é a projeção, na consciência do sujeito, de determinadas condições históricas petrificadas (KOSIK, 1976, p. 15).

Neste sentido, que é epistemológico, opera-se um conflito entre o a “essência” do jornalismo e a busca pela concreticidade dialética. Tratando o mundo sob o viés da imediaticidade, do cotidiano, o jornalismo não teria condições de ir além das aparências, ou seja, de encontrar a essência dos fenômenos que descreve, as suas causas e explicações mais profundas.

Partimos, neste sentido, de algumas questões: o jornalismo deve ser dialético? Devendo ser, em que medida consegue? O jornalismo é mais tributário da retórica ou da dialética? Quais as relações entre ser dialético e ser uma forma de produção de conhecimento? Para ser dialético o jornalismo não deveria ir além da aparência? Tais questões, que se transformam imediatamente em problemas de ordem teórica para o jornalismo aparecem nos escritos de Silvia Moretzsohn.

Para a autora a atitude tipicamente filosófica/dialética de contestar permanentemente os fatos é comum no pensamento científico e rara no senso comum, o qual a ciência nega constantemente. Isso, porém, não ocorre no jornalismo que, conforme a autora lida com os fatos “imediatos”, com o “cotidiano”: “parece aí perfeitamente aceitável que uma atividade voltada a ‘relatar fatos’ se limite ao reino das aparências, o que lhe retiraria qualquer possibilidade de contribuir para a alteração da ‘ordem natural das coisas’.” (MORETZSOHN, 2007, p.25)

Moretzsohn, que praticamente propõe um método dialético para o fazer jornalístico, defende que haja a apreensão dos fatos em sua complexidade. Pensar contra os fatos (expressão que dá nome ao seu livro) quer dizer, portanto, pensar os fatos dialeticamente, numa atividade de constante suspensão



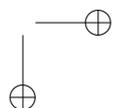
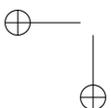
das certezas e da naturalidade da prática jornalística – um exercício de permanente senso crítico.

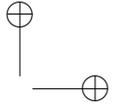
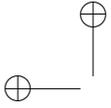
Obrigado a lidar com a informação imediata, o jornalismo freqüentemente se limita a ela. Mas é falso dizer que deixa de contextualizá-la, como quem focaliza a árvore e perde a dimensão da floresta: a contextualização está ali, alienada, reiterando o senso comum a partir de ‘interpretações prontas’. Pensar contra os fatos significa preservar a relação do jornalismo com o imediato, imprimindo-lhe um duplo movimento de abranger a floresta a partir das árvores para revelá-las em sua conexão singular com o universo a que elas pertencem. Noutras palavras, partir do fenômeno para conectá-lo ao processo. (MORETZSOHN, 2007, p. 289)

Não significa, entretanto, que o jornalismo deva, via dialética, encontrar a concreticidade da realidade. Pois se seu fim fosse a dimensão ontológica desta, seus meios precisariam ser radicalmente diferentes. Logo, o jornalismo deixaria de ser jornalismo para ser outra coisa, como um tratado de sociologia.

Lorenzo Gomis (1991), em seu livro “Teoria del periodismo: cómo se forma el presente”, assinala que os meios de comunicação oferecem aos sujeitos o presente social, de modo que sem esta mediação, o presente seria pobre, reduzido apenas a família, a vizinhança, o ambiente de trabalho. Segundo o autor, “graças aos meios, vivemos no mundo e sabemos um pouco do que está acontecendo em todas as partes” (GOMIS, 1991, p. 14, tradução nossa). O presente social é a sedimentação das informações oferecidas pelos meios na consciência dos leitores e ouvintes. De acordo com o autor, estamos acostumados a contar com um presente social de referência, de modo que a sociedade se modifica e evolui em relação direta com os meios de comunicação.

É, por isso, bastante conflituosa a relação do jornalismo com a dialética em termos epistemológicos. O jornalismo está, parece, muito mais relacionado ao conhecimento prático, cotidiano, não tendo as condições de “desvendar” completamente a realidade. Neste sentido, a relação entre jornalismo e dialética funda-se muito mais na capacidade que a atividade tem de ser crítica (em relação ao mundo e a si mesma), proporcionando o confronto de opiniões e o diálogo com a própria sociedade. É, em certo sentido, uma das condições para que a ciência (aquela que se desamarrou das correntes da caverna de Platão) possa se voltar novamente à sociedade e auxiliar na sua transformação. Con-





forme Adelmo Genro (1989), o conhecimento não faria sentido sem a ação política.

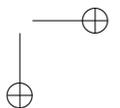
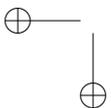
## Dialética no ciberespaço

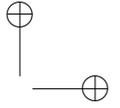
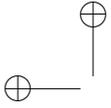
Ao utilizar a expressão “retórica do hipertexto”, Xosé Lopes (2003) pretende abordar como o discurso jornalístico vem se transformando no ciberespaço a partir da criação de novas ferramentas de comunicação, em especial, com a hipertextualidade. Esta, definida principalmente por sua contraposição ao texto linear e “fechado”, fornece novas possibilidades tanto para o jornalismo, como para os leitores – o que vem, inclusive, transformando a relação entre estes.

Segundo Lopes, a *retórica* jornalística virtual ainda mantém fortes ligações com a clássica (com origens greco-romanas), afinal, mesmo com o passar de muitos séculos, suas finalidades continuam sendo as mesmas, ou seja, “dar às formas de expressão, escritas ou faladas, a eficácia suficiente para deleitar, comover, persuadir e, principalmente, atrair os auditórios ou a uma generalidade de leitores” (2003, p. 387, tradução nossa). No entanto, conforme o autor, no ciberespaço a construção do discurso jornalístico, a ordenação de conteúdos ou mesmo o exercício da prática profissional encontra no hipertexto possibilidades novas, ou seja, outras opções para dispor a informação, o que constitui, portanto, uma nova estratégia narrativa com vistas a alcançar a eficácia comunicativa dos meios virtuais.

A retórica encontra no jornalismo virtual o seu espaço de permanência e, até mesmo, emancipação. A dialética, no entanto, encontra no ciberespaço um meio potencialização. Conforme Lopes (2003), a narrativa *hipertextual* permite ao usuário entrar por entre os meandros de um mosaico onde pode encontrar pontos de vista diferentes e interagir com o objetivo de agregar mais conhecimento. O autor destaca ainda que a informação multimídia aparece como o grande novo paradigma da retórica hipertextual no ciberespaço.

Essa nova construção narrativa Lopes chama de *poliédrica*, na medida em que soma visões, perspectivas, enfoques e elementos informativos de diferentes tipos. Quanto à interatividade, apresenta-a como uma alternativa a narrativa unidirecional, o que permite uma influência recíproca entre emissores e receptores. Os leitores convertem-se, desse modo, em leitores-escritores,



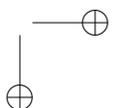
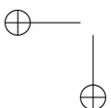


não apenas buscando informações, mas também as oferecendo. Assim como não mais apenas recebem, mas também a difundem. Segundo Lopes, a participação dos usuários tem gerado conseqüências na organização do conteúdo e em sua própria construção. Os jornalistas, neste sentido, podem conhecer as opiniões dos seus leitores, o que gera ainda maior eficácia comunicativa, na medida em que podem ajustar as informações de acordo com o interesse “expresso” de seus leitores.

Além disso, o diálogo que se estabelece entre leitores e jornalistas e entre os próprios leitores (quando relacionados à notícia), fornece uma possibilidade nova para o jornalismo: este poderia deixar de ser argumentação dirigida a um auditório e passar a se tornar debate ou dialética. A verdade jornalística deixaria, então, de ser um fim e passaria a ser uma construção entre todos os que interagem com o texto noticioso. Os leitores adquiririam a oportunidade de contestar as informações e até mesmo as técnicas jornalísticas. Nos espaços destinados a comentários, favorece-se o diálogo (embora mediado pelo computador) e o embate de opiniões, o que poderia fazer florescer o processo de produção de conhecimento. Neste sentido, há um novo cenário em que velhas aspirações podem ser intensificadas ou novamente simuladas?

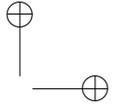
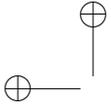
É possível observar que, fora do jornalismo *online*, o espaço concedido à dialética se restringe ao de dar voz a pessoas com certo antagonismo ao serem protagonistas em um debate. Não há, no jornalismo, um projeto prático – embora haja no campo ético – para mostrar a realidade como algo contraditório, conflituoso e auxiliar na construção de discursos de superação/transformação. Mas, mesmo que o texto jornalístico em si continue dando privilégios a negação das contradições, estas apareceriam, supõem-se, naturalmente a partir da manifestação dos leitores nos ambientes de participação oferecidos pelos jornais *online*.

Delineia-se, assim, um cenário de redescoberta da dialética no ciberespaço, através do diálogo que se estabelece, de forma mais intensa, com os leitores. Tal assunto, no entanto, ainda merece estudos mais aprofundados. É necessário refletir sobre até que ponto isso potencializa os ideais greco-romanos e do jornalismo. Ou se não há até o momento, simplesmente, a simulação empobrecida de uma perspectiva, de um diálogo e de um debate que a história tentou tornar grandiosos.



## Referências Bibliográficas

- ARANHA, Maria Helena P. e MARTINS Maria Lúcia de A. *Filosofando: Introdução a Filosofia*. São Paulo: Editora Moderna, 1993.
- BIRD, Elizabeth S. e DARDENNE, Robert W. Mito, registo e 'estórias': explorando as qualidades narrativas das notícias. In: TRAQUINA, Nelson. *Jornalismo: questões, teorias e estórias*. Lisboa: Veja, 1993, p. 263-277.
- GARAVELLI, Bice Mortara. *Manual de Retórica*. Madrid: Cátedra, 1988.
- GARCIA, Xosé Lopes. Retórica del hipertexto periodístico. In: DIAZ NOCI, Javier e SALAVERRÍA ALIAGA, Ramón (coords.). *Manual de Redacción Ciberperiodística*. Barcelona: Ariel, 2003, p. 385-422.
- GOMIS, Lorenzo. *Teoria del periodismo: cómo se forma el presente*. Barcelona: Paidós, 1991, p. 13-47.
- JAPIASSU, Hilton e MARCONDES, Danilo. *Dicionário Básico de Filosofia*. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 1990, p. 71-72.
- KARAM, Francisco José Castilhos. *Jornalismo, ética e liberdade*. São Paulo: Summus, 1997.
- \_\_\_\_\_. Retórica, Grécia e Roma Antigas: vestígios da futura linguagem jornalística. *Alceu: Revista de Comunicação, Cultura e Política*. v. 10, n.19, p. 109 -117, jul./dez, 2009.
- KOCHIBA, Luiz e PEREIRA, Denise Manzi Frayze. *História geral e do Brasil: trabalho, cultura e poder*. São Paulo: Atual, 2004.
- KONDER, Leandro. *O que é dialética?* São Paulo: Brasiliense, s.n.
- KOSIK, Karel. *Dialética do Concreto*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1976.
- LAGE, Nilson. *Teoria e técnica do texto jornalístico*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.
- MORA, José Ferrater. *Dicionário de Filosofia*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- MORETZSOHN, Sylvia. *Pensando contra os fatos: jornalismo e cotidiano, do senso comum ao senso crítico*. Rio de Janeiro: Revan, 2007.
- PERELMAN, Chaim e OLBRECHTS-TYTECA, Lucie. *Tratado da Argumentação: a nova retórica*. São Paulo: Martins Fontes, 1996, p. 13-90.



SOUSA, Jorge Pedro. Uma história breve do jornalismo no Ocidente. In: \_\_\_\_\_(Org.). *Jornalismo: história, teoria e metodologia*. Porto: UFP, 2008, p. 12-92.

SPONHOLZ, Liriam. O papel do jornalismo nas controvérsias. In: *Estudos de Jornalismo e Mídia*, Florianópolis, vol. 1, n. 1, p. 165-172, jan-jun, 2010. Disponível em: <http://www.periodicos.ufsc.br/index.php/jornalismo/article/.../12706>  
Acesso em: 12 de agosto de 2011.

TRAQUINA, Nelson. *Teorias do Jornalismo*. Florianópolis: Insular, 2004, p. 145-204.

